

Informação à imprensa

Na sequência das notícias publicadas na imprensa sobre o alegado envolvimento de um funcionário da Portucel com o empresário Manuel Godinho, que se encontra em processo de investigação judicial, a Portucel vem informar:

1. Imediatamente após ter sido dado conhecimento público deste processo, a Comissão Executiva decidiu desencadear, através da Direcção de Auditoria Interna do Grupo, um processo de levantamento exaustivo das relações eventualmente existentes entre as empresas de Manuel Godinho e as empresas do universo do Grupo Portucel Soporcel.
2. Enquanto empresa socialmente responsável, que se rege por uma cultura ética e deontológica baseada na observância institucional e individual de elevados padrões de integridade, lealdade e honestidade nas relações com todas as partes interessadas nomeadamente, as entidades reguladoras, os organismos da administração central e local, os investidores, fornecedores, clientes, e colaboradores, constitui um traço fundamental da ética empresarial prosseguida pelo Grupo a mais absoluta interdição de qualquer prática menos transparente, com especial ênfase para todos os actos que possam ser qualificados como de corrupção e/ou suborno, em todas as suas formas activas e passivas, devendo todos os colaboradores pautar a sua conduta por elevados padrões de honestidade e integridade.
3. Desta forma, a Direcção de Auditoria Interna irá prosseguir com o levantamento já em curso e a Comissão Executiva irá solicitar junto das Entidades Judiciárias toda a informação que possa, neste momento, ser obtida, com vista a desencadear os processos disciplinares internos que se justifiquem, caso venham a ser apurados factos que confirmem a ligação de qualquer funcionário das empresas que integram o actual Grupo Portucel Soporcel, ao caso em referência, tanto mais que, como é do conhecimento público, existem outras empresas que não pertencem a este universo mas também utilizam a denominação Portucel. Nessa circunstância, estes processos serão levados até às últimas consequências, dentro do quadro normativo aplicável.

Setúbal, 31 de Outubro de 2009

A Comissão Executiva